

Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos

Terry Cook

terry.cook@sympatico.ca

University of Manitoba, Canada.

Resumo: Processo em vez de produto, se tornando em vez de ser, mais dinâmico do que estático, contexto em vez de texto, refletindo tempo e lugar em vez de absolutos universais - estas têm se tornado as palavras de ordem pós-modernas para analisar e entender ciência, sociedade, organização e negócios, entre outras. Estas deveriam também se tornar as palavras de ordem para a Arquivologia no novo século, bem como o fundamento para um novo paradigma conceitual relativo à profissão. O Pós-modernismo não é a única razão para reformular os principais preceitos da Arquivologia. Mudanças significativas no objetivo dos Arquivos como instituições e a natureza dos documentos arquivísticos são outros fatores que, combinados com percepções Pós-modernas, formam a base da nova percepção dos Arquivos como documentos arquivísticos, instituições e profissão na sociedade. Este ensaio explora a natureza do Pós-modernismo e da Arquivologia e sugere ligações entre ambos. Delineia duas mudanças amplas no pensamento arquivístico que sustentam o deslocamento do paradigma arquivístico, antes de sugerir novas formulações para os conceitos mais tradicionais da Arquivologia.

Palavras-chave: Arquivologia, governança, pós-modernismo, memória social.

Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts

Abstract: Process rather than product, becoming rather than being, dynamic rather than static, context rather than text, reflecting time and place rather than universal absolutes – these have become the postmodern watchwords for analyzing and understanding science, society, organizations, and business activity, among others. They should likewise become the watchwords for archival science in the new century, and thus the foundation for a new conceptual paradigm for the profession. Postmodernism is not the only reason for reformulating the main precepts of archival science. Significant changes in the purpose of archives as institutions and the nature of records are other factors which, combined with postmodern insights, form the basis of the new perception of archives as documents, institutions, and professions in society. This essay explores the nature of postmodernism and archival science, and suggest links between the two. It outlines two broad changes in archival thinking that underpin the archival paradigm shift, before suggesting new formulations for most traditional archival concepts.

Keywords: archival science, governance, postmodernism, social memory.

O papel da Arquivologia num mundo Pós-moderno desafia arquivistas em toda parte a repensar a sua disciplina e prática¹. Uma profissão enraizada no Positivismo do século XIX, muito mais do que em estudos anteriores ligados à Diplomática, resultou em estratégias e metodologias que já não são viáveis num mundo pós-moderno e computadorizado². Até “Ar-

1 Sinto-me honrado por ter sido convidado pelos editores desta revista [*Archival Science*, onde o texto foi publicado originalmente. *Nota do Revisor*] a apresentar nesta edição inaugural a minha visão sobre o estado da Arquivologia, o curto espaço de tempo torna este artigo uma reflexão pessoal em vez de uma pesquisa inédita sustentada. Eu utilizei esta pesquisa como tinha feito anteriormente e publiquei em outro lugar, como indico em notas subsequentes, fontes das quais em geral podem ser encontradas citações muito mais completas. O presente trabalho é um ensaio sobre a Arquivologia e o Pós-modernismo; não há nenhuma pretensão de ter pesquisado exaustivamente tudo o que tem sido escrito sobre o assunto, mesmo em língua inglesa. Eu gostaria de agradecer a Tim Cook, dos Arquivos Nacionais do Canadá, pelos seus comentários úteis neste ensaio, assim como aos comentários de dois revisores anônimos da *Archival Science*; todos os erros e interpretações continuam sendo meus.

2 Para Positivismo e Arquivos, ver Verne Harris, “Claiming Less, Delivering More: A Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa”, *Archivaria* 44 (outono de 1997):132-141; assim como, pelo menos implicitamente, todas as fontes escritas por arquivistas sobre a revolução pós-moderna e o seu impacto na profissão, muitos dos quais são apresentados na nota 13. É necessário prestar atenção à crítica abrangente sobre as formulações positivistas da Teoria Arquivística e da Arquivologia por

quívologia” como termo e corpo teórico, coloca problemas conceituais, bem separados do impacto do pós-modernismo, que precisam ser esclarecidos nas novas realidades em que vivemos e trabalhamos. Essas alterações significam uma mudança paradigmática, como os editores me convidaram a tratar, ou a profissão está apenas adaptando os seus princípios, como foi feito anteriormente, às novas mídias e técnicas de criação de documentos? Neste ensaio, eu confirmo minha resposta dada em outro lugar de que uma mudança no âmbito paradigmático da Arquivologia está de fato ocorrendo, e vai crescer em intensidade no novo século para desafiar a maneira como os arquivistas pensam e fazem seu trabalho³.

Preben Mortensen, “The Place of Theory in Archival Practice”, *Archivaria* 47 (Primavera de 1999): 1-26.

3 Ver Terry Cook, “What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift” *Archivaria* 43 (primavera de 1997): 17-63 (uma versão menor e menos completa foi também publicada como “Interaction of Archival Theory and Practice Since the Publication of the Dutch Manual”, *Archivum* (1997) 191-214); o ensaio foi reimpresso em P. J. Horsman, F. C. J. Ketelaar e T. H. P. M. Thomassen (editores), *Naar een nieuw paradigma in de archivistiek. Jaarboek 1999 Stichting Archiefpublicaties* (s – Gravenhage 1999), 29-67. Ambos originados de um discurso na plenária do Décimo Terceiro Congresso Internacional de Arquivos, sediado em Beijing, China, em 1996. Eu já tinha usado o termo “paradigma” anteriormente, em um artigo precursor há quase duas décadas, para sugerir

No coração do novo paradigma está a mudança que faz com que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos como objetos físicos estáticos e passem a ser entendidos como conceitos virtuais dinâmicos; uma mudança na visão dos documentos arquivísticos como produto passivo da atividade humana ou administrativa para serem considerados como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional; ou seja, uma mudança igualmente distante de ver o contexto de criação dos documentos descansando dentro organizações hierárquicas estáveis, para situá-los dentro de redes de fluxo horizontal na funcionalidade do fluxo de trabalho. Para os arquivistas, a mudança de paradigma requer deixar de identificar a si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social). Dito de outra maneira, o discurso arquivístico teórico é a mudança do produto para o processo, da estrutura para a função, dos

que pesquisa renovada e estudos contínuos para arquivistas sobre história e o contexto dos Arquivos, em oposição ao foco profissional centrado na época em questões metodológicas e tecnológicas, permitiriam que arquivistas e, mais importante, usuários de arquivo descobrissem conhecimento e o entendimento humanista no mar de informação dos acervos arquivísticos; ver Terry Cook, "From Information to Knowledge: An Intellectual Paradigm for Archives" *Archivaria* 19 (Inverno de 1984-1985): 28-49.

arquivos para o arquivamento, do documento para o seu contexto; do resíduo "natural" ou subproduto passivo da atividade administrativa para a conscientemente construída e ativamente mediada "arquivização" da memória social⁴.

Em um mundo em mudança, os princípios fundamentais arquivísticos somente serão preservados descartando muitas das suas atuais interpretações, implementações estratégicas e aplicações práticas. Pode a princípio parecer contraditório afirmar uma mudança paradigmática, ao mesmo tempo em que também se sugere que os arquivistas deveriam permanecer focados nas suas pesquisas eruditas e formulações teóricas dos princípios fundamentais tradicionais - aqueles centrados na "origem, *Respect des Fonds*, contexto, evolução, interrelações, [e] ordem" dos

4 Para arquivização e sua exposição por Jacques Derrida em *Mal de Arquivo*, ver Eric Ketelaar, "Archivalisation and Archiving", *Archives and manuscripts* 27 (maio de 1999): 54-61; e (sem o termo) Tom Nesmith, "Still Fuzzy, But More Accurate: Some Thoughts on the 'Ghosts' of Archival Theory", *Archivaria* 47 (primavera de 1999): 136-150; assim como muitas das fontes descritas na nota 13 sobre o Arquivo Pós-moderno. A mais completa análise publicada sobre Derrida por um arquivista está em Brien Brothman, "Declining Derrida: Integrity, Tensegrity, and the Preservation of Archives from deconstruction", *Archivaria* 48 (outono de 1999): 64-88.

documentos⁵. A referência aos princípios fundamentais arquivísticos não soa como uma radical mudança de paradigma! Porém, os resultados de pesquisas realizadas por arquivistas preocupados com estes fundamentos tradicionais, são agora tão diferentes das suposições que dominaram a profissão durante a maior parte dos dois séculos passados, que eu acredito que uma mudança de paradigma está realmente ocorrendo.

Thomas Kuhn articulou a ideia de uma mudança de paradigma em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de 1962. Ele argumentou que uma mudança radical ocorre no quadro interpretativo para qualquer teoria científica, que chamou de mudança paradigmática, quando as respostas para as questões das pesquisas não mais explicavam suficientemente os fenômenos sendo observados (no caso da Arquivologia, a informação registrada e seus criadores) ou quando as metodologias práticas baseadas na teoria de tal observação não funcionam mais (como certamente não funcionam para muitas atividades arquivísticas, e não apenas à lida com documentos eletrônicos). O foco nas perguntas e pesquisas, portanto, permanece “tradicional numa mudança de paradigma”, mas não as respostas. E assim acontece com os arquivos.

⁵ Cook, “From Information to Knowledge: An Intellectual Paradigm for Archives”, 49.

Este ensaio vai explorar a natureza do Pós-modernismo e da Arquivologia e sugerir ligações entre ambos. Irá descrever brevemente duas amplas mudanças no pensamento arquivístico que sustentam o deslocamento paradigmático, antes de sugerir novas formulações para os tradicionais conceitos em Arquivologia. Todas as três dimensões deste ensaio são perspectivas diferentes da mesma mudança paradigmática na Arquivologia.

Pós-modernismo e ciência arquivística

A mentalidade pós-modernista afeta os arquivos de duas maneiras. Nós vivemos numa era pós-modernista de discussão teórica, gostemos ou não. Começando numa análise arquitetônica e evoluindo da crítica filosófica e literária francesa pós-Sartre, o pós-modernismo tem crescido e influenciado quase todas as disciplinas, desde a história até a literatura, a psicanálise, a antropologia; da análise cartográfica ao filme, à fotografia, estudos da arte, e sem falar na influência do Feminismo e da Teoria Marxista, que por sua vez tem mudado muitas disciplinas. O educador-arquivista Terry Eastwood observou que “é necessário entender o meio político, econômico, social e cultural de qualquer sociedade para entender seus arquivos”, acrescentando que “as ideias existentes sobre arquivo, num dado momento, não são, senão, uma reflexão das mais

amplas correntes da história intelectual”⁶. Seguindo esta lógica, a tendência intelectual dominante desta era é o pós-modernismo, e isso necessariamente afeta os arquivos. Os arquivistas devem começar a especular como e por que, e mudar adequadamente suas formulações da Arquivologia.

O segundo, e mais direto, impacto do pós-modernismo se baseia na especulação sobre a natureza de textos históricos e de outros textos. O maior pensador pós-moderno vivo, Jacques Derrida, publicou *O Mal de Arquivo* em 1995/96 para tratar explicitamente do arquivo e seu significado na sociedade, e uma onda de estudos seguiram-se na

6 Terence M. Eastwood, “Reflections on the Development of Archives in Canada and Australia”, in Sue McKemmish e Frank Upward, ed., *Archival Documents: Providing Accountability Through Recordkeeping* (Melbourne, 1993), 27. Ver também Barbara Craig, “Outward Visions, Inward Glance: Archives History and Professional Identity”, *Archival Issues: Journal of the Middle West Archives Conference* 17 (1992): 121. A mais completa argumentação sobre pesquisa, escrita, e leitura e conhecimento para os arquivistas está em Richard J. Cox, “On the Value of Archival History in the United States” (originalmente 1988), in Richard J. Cox, *American Archival Analysis: The Recent Development of the Archival Profession in the United States* (Metuchen, N. J., 1990), 182-200. Ver também os argumentos (e exemplos) em toda parte de Cook, “What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift”.

esteira de Derrida⁷. O pós-modernismo está, assim, preocupado com a criação e natureza dos documentos e suas designações, sobrevivência e preservação como arquivos. Muitos críticos pós-modernistas também abordaram explicitamente os Arquivos como instituições e seu rol na formação da memória oficial ou sancionada do Estado. É importante distinguir aqui o impacto do pós-modernismo e da informática nos documentos e, finalmente, na Arquivologia. Derrida certamente diria que as perguntas mais radicais que estão sendo feitas hoje sobre os Arquivos, estimuladas pelos documentos eletrônicos e meios virtuais, são igualmente aplicáveis a toda tradição ocidental de escrita e produção documental: a instabilidade do texto e das relações autor-texto, ou a sombra fantasmagórica do rasto de atividades passadas, são talvez mais aparentes com mídia eletrônica, mas têm sido de fato uma realidade persistente desde que a linguagem e a escrita começaram a ser usadas.

7 Jacques Derrida, *Mal de Arquivo: Uma Impressão Freudiana* (Chicago e Londres, 1996, publicado originalmente na França em 1995, sobre palestras em 1994). Duas edições da revista *History of the Human Sciences*, 11 (Novembro de 1998) e 12 (Fevereiro de 1999), foram dedicadas a ensaios feitos por quase vinte acadêmicos em “The Archive”. Nenhum era arquivista e muito poucos artigos de arquivistas foram citados.

O problema com o pós-modernismo é, claro, a definição. Ele afeta tantos aspectos da sociedade hoje, que pode significar qualquer coisa dependendo da perspectiva e disciplina da qual fale um especialista. O campo do pós-modernismo está cheio de paradoxos e ironias, desde Michel Foucault ancorando textos em realidades de poder sócio-políticas e históricas, para entender sistemas de conhecimento organizado e suas hegemonias discursivas, até Jacques Derrida desconstruindo ou desmontando aqueles mesmos sistemas, incluindo a própria linguagem sobre a qual se apoiam. A Teoria da Informação abrigada sob o pós-modernismo, fica ainda mais complicada, pois abrange filosofia, linguística, semiótica, estruturalismo, hermenêutica e iconologia, além do marxismo e o feminismo. Mesmo correndo o risco de fazer uma grosseira simplificação, eis aqui algumas formulações gerais pós-modernistas, enfatizando, claro, para esta revista, suas implicações para os arquivos, e seu impacto na Arquivologia.

O pós-moderno desconfia e se rebela contra o moderno. A noção de verdade universal ou conhecimento objetivo baseada nos princípios do racionalismo científico do Iluminismo, ou no emprego do método científico ou da análise textual clássica, é descartada como quimera. Através de uma análise lógica impiedosa, os pós-modernistas

revelam a ilógica de textos alegadamente racionais. O contexto por trás do texto, as relações de poder que modelam o patrimônio documental, e até a estrutura do documento, o sistema de informação residente e as convenções narrativas, são mais importantes que a coisa objetiva em si ou o seu conteúdo. Fatos em textos não podem ser separados da sua atual ou passada interpretação, nem o autor do assunto ou o público, tampouco o autor da sua obra, ou obra do contexto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído pelo orador, fotógrafo, escritor, com um propósito definido. Nenhum texto é um mero e inocente subproduto da ação, como Jenkinson afirmava; ao invés, trata-se de um produto conscientemente construído, embora essa consciência possa estar tão transformada em padrões semiconscientes ou até inconscientes de comportamento social, processo de organização e apresentação de informação, que a conexão com a realidade externa e as relações de poder ficam muito escondidas. Os textos (incluindo imagens) são todos uma forma de narração muito mais preocupada com a construção de consistência e harmonia para o autor, melhorando posição e ego, em conformidade com as normas de organização e os padrões de discurso retórico, do que com evidências de atos e

fatos, ou enquadramentos jurídicos ou legais. E não existe apenas uma narrativa numa série ou coleção de documentos, mas muitas narrativas e histórias, servindo a muitos propósitos para muitos públicos, através do tempo e do espaço.

O tom pós-modernista é de uma dúvida irônica, de desconfiança, de sempre olhar sob a superfície, de perturbar a sabedoria convencional. Os pós-modernistas tentam desnaturalizar o que a sociedade assume como natural, o que tem sido aceito durante gerações, ou mesmo séculos, como normal, natural, racional, comprovado – simplesmente o jeito que as coisas são. O pós-modernismo toma tais fenômenos “naturais” – como quer o patriarcado, o capitalismo, os cânones ocidentais da boa literatura, ou os Arquivos – e declara que eles são “antinaturais”, ou “culturais”, ou “construídos”, ou “feitos pelo homem” (usando “homem” deliberadamente), e precisam de pesquisa e análise profundas⁸.

8 Parece não haver motivo para citar aqui uma prateleira completa de livros pós-modernistas. No entanto, além da metodologia histórica e análise próprias de Foucault, e o volume seminal de Derrida, a minha compreensão do pós-modernismo deve muita a uma precoce exposição ao trabalho da acadêmica canadense Linda Hutcheon, *The Politics of Postmodernism* (Londres e Nova Iorque, 1989), e *Poética do Pós-modernismo: História, Teoria e Ficção* (Nova Iorque e Londres, 1988), e é claro aos artigos daqueles poucos arquivistas (felizmente crescendo em número) que

Algumas dessas generalizações sobre pós-modernismo são apoiadas por uma crescente literatura sobre a história dos Arquivos – infelizmente não escrita, em geral, por arquivistas. Jacques LeGoff observa que “o documento não é objetivo, nem matéria prima inocente, mas expressa o poder passado [ou presente] da sociedade sobre a memória e sobre o futuro: o documento é o que fica”. O que é a verdade de cada documento é a verdade dos arquivos coletivamente. Não é por acaso que os primeiros arquivos foram aqueles vinculados ao poder na antiga Mesopotâmia, no Egito, na China e na América pré-colombiana – seja nos centros de poder da religião, dos templos e sacerdotes; dos negócios, comércio e contabilidade, ou dos reis, imperadores e faraós. A cidade capital nesta e, em posteriores civilizações, se torna, nas palavras de LeGoff, “o centro de políticas de memória” onde o rei implanta, em todo o território que ele reina, um programa de lembranças onde ele é o centro”. Primeiro a criação e depois o controle da memória levam ao controle da história, da mitologia e, em última análise, do poder⁹. Estudiosas

exploraram em vez de ignorar o pós-modernismo, com descritos na nota 13.

9 Jacques Le Goff, *História e Memória*, traduzido [para o inglês] por Steven Rendall e Elizabeth Claman (Nova Iorque, 1992) p. Xvi-xvii, 59-60, e *passim*.

feministas, como Gerda Lerner em seus trabalhos pioneiros, demonstraram convincentemente que o poder por trás dos primeiros documentos, arquivos e memórias foi impiedosa e intencionalmente patriarcal: as mulheres foram deslegitimadas pelo processo de arquivamento no mundo antigo, um processo que continuou até este século¹⁰. Agora estão surgindo muitos exemplos de arquivos coletados – e mais tarde

Curiosamente, um dos mais importantes questionadores da arquivística ortodoxa e principal defensor dos arquivos virtuais e de perspectivas interinstitucionais deu, como título a sua primeira exposição importante, algo que lembra muito os temas de Le Goff: ver Helen Willa Samuels, “Who Controls the Past”, *American Archivist* 49 (Primavera de 1986): 109-124.

10 As acadêmicas feministas têm plena consciência dos caminhos que o sistema de linguagem, a escrita, o registro de informações, e a preservação dessas informações são baseados na sociedade e no poder, tanto agora quanto em milênios passados. Por exemplo, ver Gerda Lerner, *The Creation of Patriarchy* (Nova Iorque e Oxford, 1986) p. 6-7, 57, 151, 200 e *passim*; e Riane Eisler, *O Cálice e a Espada* (São Francisco, 1987) p. 71-73, 91-93. O mais recente estudo de Lerner, *The Creation of Feminist Consciousness: From the Middle Ages to Eighteen-seventy* (Nova Iorque e Oxford, 1993), detalha cuidadosamente a exclusão sistemática das mulheres da história e dos arquivos, e as tentativas das mulheres, começando no final do século dezenove, de corrigir isto criando arquivos de mulheres: ver especialmente o capítulo 11, “The Search for Women’s History”. Ver também Bonnie G. Smith, *Gênero e História: Homens, Mulheres e a Prática Histórica* (Cambridge MA e Londres, 1988).

extraídos, reconstruídos, até destruídos – , não para manter a melhor evidência jurídica de transações legais ou comerciais, mas para servir a propósitos históricos e sacro/simbólicos, porém somente para aquelas figuras e eventos julgados merecedores de celebração, ou de lembrança, dentro do contexto do seu tempo¹¹. Mas quem é merecedor? E quem determina o merecimento? De acordo com quais valores? E o que acontece quando os valores e o seu determinador mudam ao longo do tempo? E quem é considerado não merecedor e esquecido, e porquê? Exemplos históricos, em resumo, sugerem que não há nada neutro, objetivo ou “natural” neste processo de lembrança e esquecimento.

Em última instância os pós-modernistas têm uma profunda ambivalência sobre o documento. Enquanto duvidam da verdade histórica, enquanto percebem os arquivos como meros rastros de universos de registros e atividades, hoje perdidos ou destruídos;

11 Ver, por exemplo, Patrick J. Geary, *Fantasma da Lembrança: Memória e Esquecimento no Fim do Primeiro Milênio* (Princeton, 1994), p. 86-87, 177, e particularmente o capítulo 8; “Memória Arquivista e a Destruição do Passado” e *passim*. Para outros exemplos e numerosas citações, ver Cook, “What is Past is Prologue”, 18, 50. Nós temos o doloroso caso em nosso próprio tempo, da deliberada destruição de documentos em Kosovo e Bósnia para apagar memórias e marginalizar pessoas.

enquanto veem os documentos como truques de espelhos que distorcem fatos e realidades passadas em favor do objetivo narrativo do autor/público, recorrem muitas vezes à história e à análises históricas. Michel Foucault realizou estudos históricos importantes sobre doença mental, criminologia e sexualidade humana, por exemplo. Um pós-modernista argumenta, exibindo esta mesma ambivalência paradoxal,

que todos os documentos ou artefatos usados pelos historiadores são evidências não neutras para a reconstrução de fenômenos, que supõe-se, têm alguma existência independente fora deles. Todos os documentos possuem informações e a própria maneira de tê-las é, por ela mesma, um fato histórico que limita a concepção documentária do conhecimento histórico. Este é o tipo de percepção que conduziu a uma semiótica da história, pois os documentos tornam-se sinais de eventos que os historiadores transmutam em fatos. Os documentos são também sinais dentro de contextos já semioticamente construídos, que dependem de instituições (se forem registros oficiais) ou indivíduos (se forem narrativas de testemunhas oculares).a lição aqui é que o passado já existiu, mas o nosso conhecimento dele é transmitido semioticamente.¹²

O documento é um sinal, um significante, uma construção mediada e em constante mudança, não um receptáculo vazio no qual atos e fatos são derramados. O modelo positivista baseado na integridade de uma ressurreição científica de fatos do passado e do documento como um imparcial e inocente subproduto da ação está completamente desacreditado. E alguns arquivistas estão agora

¹² Hutcheon, *Poetics of Posmodernism*, 122.

começando a explorar as implicações dessas ideias pós-modernas na sua profissão¹³. O pós-modernismo não é

13 A primeira menção sobre o pós-modernismo (pelo menos em inglês) feita por um arquivista no título de um artigo foi de Terry Cook, em “Electronic Records, Paper Minds: The Revolution in Information Management and Archives in the Post-Custodial and Post-Modernist Era”, *Archives and Manuscripts* 22 (Novembro de 1994): 300-329, do qual dependem muitos dos poucos parágrafos anteriores. Os temas continuaram no seu “What is Past is Prologue”, já citado. Dois arquivistas pioneiros do pós-modernismo, antes de Cook, também eram canadenses, Brien Brothman e Richard Brown. Dentre outros trabalhos, ver Brien Brothman, “Orders of Value: Probing the Theoretical Terms of Archival Practice”, *Arquivaria* 32 (Verão de 1991): 78-100; “The Limits of Limits: Derridean Deconstruction and the Archival Institution”, *Arquivaria* 36 (Outono de 1993):205-220; e sua análise de *Mal de Arquivo* de Jacques Derrida, in *Arquivaria* 43 (Primavera de 1997): 189-192, cujas ideias são muito mais desenvolvidas no seu “Declining Derrida: Integrity, Tensegrity and the Preservation of Archives from deconstruction”, *Arquivaria* 48 (já citada); e Richard Brown, “The Value of 'Narrativity' in the Appraisal of Historical Documents: Foundation for a Theory of Archival Hermeneutics”, *Arquivaria* 32 (Verão de 1991): 152-156; “Records Acquisition Strategy and Its Theoretical Foundation: The Case for a Concept of Archival Hermeneutics”, *Arquivaria* 33 (Inverno de 1991-1992):34-56; e “Death of a Renaissance Record-Keeper: The Murder of Tomasso da Tortona in Ferrara, 1385”, *Arquivaria* 44 (outono de 1997): 1-43. Além dos artigos incisivos de Preben Mortensen, “The Place of Theory in Archival Practice”, e Tom Nesmith, “Still Fuzzy, But More Accurate: Some Thoughts on the ‘Ghosts’ of Archival Theory”, ambos citados acima da *Arquivaria* 47 (primavera de 1999) outros arquivistas

necessariamente antitético à Arquivologia, e um novo tipo de Arquivologia – ou paradigma – será necessário para provocar um feliz casamento entre ambos. Voltemos primeiro à Arquivologia.

O que é “Arquivologia”? Em certo nível, o termo e seu significado são invisíveis ou ilusórios. Em outro, são formulados, algumas vezes, de forma bastante incompatível com o pensamento

canadenses que mostram influências pós-modernistas pelo menos em suas publicações em inglês incluem Bernadine Dodge, “Places Apart: Archives in Dissolving Space and Time” *Archivaria* 44 (Outono de 1997): 118-131; Theresa Rowatt, “The Records and the Repository as a Cultural Form of Expression”, *Archivaria* 36 (outono de 1993): 40 -74; e Lilly Koltun, “The Promise and Threat of Digital Options in an Archival Age” *Archivaria* 47 (primavera de 1999): 114 – 135. Os arquivistas pós-modernos não canadenses incluem Eric Ketelaar, “Archivalisation and Archiving”, e Verne Harris “Claiming Less, Delivering More: A Critique of Positivists Formulations on Archives in South Africa”, ambos já citados assim como o trabalho complementar de Verne Harris: “Redefining Archives in South Africa: Public Archives and Society in Transition, 1990 -1996, *Archivaria* 42 (outono de 1996): 6 – 27 e implicitamente pelo menos alguns dos artigos dos americanos Margaret Hedstrom, Richard Cox e James O’Toole e dos australianos Frank Upward, Sue McKenmish e Bárbara Reed. Os simpósios e publicações programados para o ano que vem para pesquisar arquivos e a construção da memória social ajudarão muito a aumentar o número e nacionalidades dos arquivistas envolvidos na consideração das implicações do pós-modernismo em sua profissão.

pós-moderno. Ambas as questões interessam aos arquivistas. Eric Ketelaar refere-se à “Torre de Babel dos arquivistas” através dos países, idiomas e tradições arquivísticas nacionalizadas e de “culturas” arquivísticas enraizadas, que causam divisões. Nota, ainda, que “qualquer discurso pressupõe entendimento e compreensão”. Parte desse entendimento requer trazer essas diferenças à luz, em vez de negá-las ou buscar impor uma universalidade que não existe, exceto, talvez, na mente de alguns teóricos tradicionalistas¹⁴. Em nenhuma área isso é mais necessário do que na “Arquivologia”. É também outra boa razão para a existência deste periódico!

Para arquivistas australianos e norte-americanos, o termo “Arquivologia” é tão estranho que não tem lugar no seu extenso glossário de publicações. Recentemente, sob o efeito de ideias importadas da Europa, tem sido mencionado, eventualmente, nos seus discursos profissionais ¹⁵. Para muitos

14 Eric Ketelaar, “The Difference Best Postponed? Cultures and Comparative Archival Science”, *Archivaria* 44 (outono de 1997): 142-148, reimpresso in Horsman, Ketelaar e Thomassen (editores), *Naar een nieuw paradigma in de archivistiek. Jaarboek 1999 Stichting Archiefpublicaties*, 21-27.

15 Ver Lewis Bellardo e Lynn Lady Bellardo, *A Glossary for Archivists, Manuscript Curators and Records Managers*, Society of American Archivists (Chicago, 1992); Glenda Acland, “Glossary”, in Judith Ellis, ed., *Keeping Archives*, segunda edição

arquivistas europeus, em contrapartida, a “Arquivologia” está profundamente arraigada em sua postura profissional. Como exemplo, três dos mais importantes arquivistas de três países europeus, que tem usado “Arquivologia” no título de recentes artigos escritos para explorar aspectos de seu significado, não definem o termo, ou o explicam, simplesmente assumem que os seus leitores sabem o que eles querem dizer¹⁶.

(Port Melbourne, 1993), 459-481. Enquanto esses são glossários dirigidos a agentes da prática, eles refletem participações de teóricos e o estado da literatura profissional nesse tempo. “Arquivologia” ganhou recentemente maior aceitação como termo na América do Norte com base numa maior disponibilidade e apreciação da literatura arquivística europeia da última década, e pela influência de Luciana Duranti, uma educadora arquivista canadense da Europa, e alguns de seus alunos. Mesmo assim, para muitos, o termo ainda provoca discordâncias.

16 É claro que os artigos, como um todo, explicam implicitamente aspectos da “Arquivologia”. Por isso é que foram escritos, mas eles não explicitam propriamente o termo ou quais aspectos ele engloba. Ver Paola Carrucci (Itália), “Arquivologia hoje. Princípios, Métodos e Resultados” in Odo Bucci, ed., *Arquivologia no Limiar do Ano 2000* (Macerata, 1992): 55-68; Bruno Delmas (França), “Qual é o estado da Arquivologia na França hoje”, O Conceito de documento: relatório da segunda Conferência de Estocolmo em Arquivologia e o conceito de documento. 30-31 de Maio de 1996 (Riksarkivet, Suécia, 1998): 27-35; e Eric Ketelaar (Holanda), “The Difference Best Postponed? Cultures and Comparative Archival Science” já citado. Eu adianto estes exemplos apenas como sugestão de três escritores bem conhecidos, cujos trabalhos estavam na minha estante; no tempo

Para este inexperiente olhar norte-americano, neste tipo de texto o termo parece, às vezes, abranger todo o conhecimento profissional que constitui a disciplina intelectual dos arquivos, incluindo teoria arquivística, história arquivística, estratégia arquivística, metodologia arquivística e mesmo a diplomática ou aspectos da gestão documental. Porém, a Arquivologia parece mais frequentemente equiparada por estes escritores ao que os norte-americanos pensam como “Teoria Arquivística” e, mais especificamente, com conceitos relativos à disposição e à descrição de arquivos para proteger sua proveniência ou integridade contextual.

Para Oddo Bucci, um teórico arquivista europeu que define Arquivologia muito claramente, “conhecimento arquivístico” e “Arquivologia” não são a mesma coisa. Conhecimento arquivístico é a forma articulada da prática diária por vários

disponível para preparar este artigo, eu não fiz nenhuma pesquisa sistemática sobre os variados usos de “Arquivologia” por escritores europeus. O francês Bruno Delmas pode ser mencionado como o pai da diferença entre Arquivologia prática, descritiva e funcional (e talvez a alemã Angelika Menne-Haritz seja a madrastra). A mais recente panorâmica da Arquivologia europeia, que tanto analisa o conceito quanto rastreia seu desenvolvimento através do tempo, está em Theo Thomassen, “The Development of Archival Science and its European Dimension”, *The Archivist and the Archival Science* (Landsarkivets i Lund Skriftserie 7) (Lund 1999): 75-83

momentos, lugares, usos, mídias e “valores” de arquivos, enquanto que Arquivologia é “a construção sistemática e conceitual” do conhecimento arquivístico em integridade disciplinar. Bucci continua:

...ao realizar essa tarefa de elaboração teórica, a Arquivologia trabalha para canalizar, estruturar, organizar sistematicamente e estabelecer ordem no conhecimento arquivístico. Este último abre o caminho para a Arquivologia, mas ainda não a tem nele. Os termos não estão, no entanto, destinados a permanecer separados sem nunca se encontrar. Existe entre ambas uma relação dialética. É necessário que o conhecimento arquivístico se transforme por si mesmo em Arquivologia, assim como é necessário que a Arquivologia elabore conhecimento arquivístico dentro de si.

Esta dialética significa que a Arquivologia não é nem universal nem imutável. Sua vertente tradicional “deu à disciplina a sua inclinação empírica, a construiu como ciência descritiva e a adaptou ao imperativo da historiografia positivista, que visava à acumulação de fatos, mais do que à elaboração de conceitos”. Essa historiografia positivista e o empirismo baseado em fatos foram desacreditados pelo pós-modernismo. Ao reconhecer este fato, Bucci assevera que as novas mudanças sociais “minam hábitos e normas de conduta, envolvendo uma quebra com princípios que há muito tempo regem o processo pelo quais os documentos arquivísticos são criados, transmitidos, conservados e explorados”. Ele conclui dizendo que “as inovações radicais nas práticas arquivísticas estão se tornando

cada vez mais incompatíveis com a continuação de uma doutrina que procura permanecer encerrada nos baluartes de seus princípios tradicionais e que “é necessário que a Arquivologia saia do seu isolamento, se abra para a sociedade e procure numa Teoria da Sociedade as garantias de unidade (disciplinar) que a Teoria do Estado não é mais capaz de prover.... Uma Teoria da Sociedade pode alternativamente provar ser capaz de oferecer categorias unificadas em que toda a gama de problemas arquivísticos possa ser apresentada”¹⁷. Vários escritores arquivistas apoiam Bucci, vendo o contexto social, organizacional e funcional da criação de documentos e sua manutenção como essencial para a disciplina de compreensão dos Arquivos para, na terminologia de Bucci, informar conhecimento arquivístico e dirigir melhor a prática arquivística. O foco está externamente no que eu chamei de “ato criativo ou intenção de autoria ou contexto funcional por trás dos

17 Oddo Bucci, “A Evolução da Ciência Arquivística e o seu Ensino na Universidade de Macerata”, in Bucci, ed., *Ciência Arquivística no Limiar do Ano 2000*, 18, 34-35; e “Prefácio”, 11.

documentos” mais do que internamente nos próprios documentos¹⁸.

Luciana Duranti discorda. Ela é uma arquivista teórica, com um pé no mundo europeu e outro no norte-americano, que é precisa na sua definição de Arquivologia, apesar de que a sua definição seja a antítese da de Bucci em termos de natureza e significância da Arquivologia¹⁹. Arquivologia, para Duranti, é “o corpo do conhecimento sobre a natureza e as características dos arquivos e do trabalho arquivístico sistematicamente organizado em teoria, metodologia e prática” Em contraste com a Diplomática que se preocupa com o conhecimento sistemático sobre a natureza e as

características de documentos individuais, a Arquivologia se aplica as *séries* e *fundos*, embora ela também a equipare com a “história da Administração e sua documentação e a historia do Direito”. A conexão com a Diplomática é nítida. A Arquivologia “constitui a necessária mediação entre a teoria diplomática e sua aplicação a casos concretos e reais...” Duranti não desconsidera o meio ambiente social que rodeia a criação de documentos, mas para ela, esse contexto encontra-se estreitamente definido pela “doutrina legal” e por costumes jurídicos no contexto do produtor. Muito mais problemática que essa estreiteza jurídica, no entanto, é a visão positivista de Duranti da “ciência”, seja Arquivologia ou Diplomática. Ela acredita que seus princípios e conceitos são “universalmente válidos” e trazem “objetividade” às pesquisas arquivísticas em contextos documentais, cujas características ela equipara a ter “maior qualidade científica”. Os preceitos da Arquivologia “encontram sua validade em lógica e consistência internas, mais do que no seu contexto histórico, legal ou cultural”. A Arquivologia é “um sistema autorreferente, totalmente autônomo das influências de concepções políticas, jurídicas ou culturais”. Isto é Arquivo como positivismo lógico.

Tais noções de universalidade, autonomia lógica, interiorização e anti-historicidade são o completo oposto do

18 Cook, “What is Past is Prologue”, 48. Outros grandes escritores da escola “social” ou de “arquivização” de pensamentos arquivísticos, evidentemente em adição a Eric Ketelaar, e eu, incluem, com maior destaque, Hans Booms, Helen Samuels, Hugh Taylor, David Bearman, Margaret Hedstrom, Rick Brown, Brien Brothman, Tom Nesmith, Frank Upward, e Verne Harris. No social em oposição à base estadista para a teoria arquivista, ver Cook, “What is Past is Prologue”, 30-36 e abaixo neste ensaio.

19 Ver Luciana Duranti, “Diplomática: Novos usos para uma Velha Ciência [Parte Um]”, *Archivaria* 28 (Verão de 1989): 8-11 para as ideias citadas; e sua “Arquivologia”, in A. Kent, *Enciclopédia da Ciência da Biblioteca e da Informação* 59 (1996), 1, 5, 12. Para uma mais completa caracterização e crítica da visão “científica” de Duranti, ver Mortensen, “O Lugar da Teoria”, 2-3, e *passim*; a sua análise é baseada numa ampla leitura na história e na filosofia da ciência.

pós-modernismo. Entre as visões de Bucci e Duranti da Arquivologia, encontra-se um abismo maior que o que separa a visão geral da Arquivologia dos europeus de um lado e dos norte-americanos e australianos do outro. É o abismo entre pré-modernismo e pós-modernismo. Contudo, muitos arquivistas se agarram à noção pré-modernista de Jenkinson, talvez sem a precisão consciente da articulação de Duranti, mas ainda acreditando (ou esperando?) que os arquivistas deveriam permanecer como uma espécie de mediador ideal neutro, desinteressado e imparcial entre criadores e usuários dos documentos²⁰.

²⁰ Eu reconheço que existe um debate em muitas disciplinas sobre o que é “Modernismo”, assim é muito importante afirmar a minha posição, que o que eu quero dizer por pré-modernismo (e pós-modernismo) faça sentido para o leitor. Para alguns, o modernismo se opõe à Idade Média e tem o seu nascimento no Renascimento; para outros, o modernismo está situado no racionalismo do Iluminismo e sua rejeição às paixões religiosas do século anterior. Eu pego a visão mais estreita de que Modernismo é a mentalidade e os valores dominantes em muitas disciplinas e artes na primeira metade ou dois terços do século vinte, em oposição à Era Vitoriana. Nesta distinção, e para uma história intelectual estimulada do Ocidente no século passado, ver Norman Cantor, *The American Century: Varieties of Culture in Modern Times* (Nova Iorque, 1997). Esta aproximação é complementar à distinção útil de Theo Thomassen (in “*The Development of Archival Science and its European Dimension*”, já citado) da Arquivologia pré-paradigma (Era Vitoriana), Arquivologia clássica desde o Manual dos Holandeses de 1898 até os últimos anos (modernismo), e agora o prospecto de um novo paradigma para a Arquivologia (pós-modernismo). Eu acredito que as três fases são um pouco diferentes: a Arquivologia pré-moderna envolve os valores vitorianos (como Cantor os define) evidentes na Diplomática, o Manual dos Holandeses, até Jenkinson; a

Tais visões tradicionais da “ciência” podem ser consideradas erradas em dois pontos. Primeiro, confundem “ciência” com “cientificismo”. O crítico social Neil Postman escreve sobre pseudociências como a Psicologia, Sociologia ou Administração – poderíamos adicionar Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia? – que tentam legitimar o seu trabalho aplicando os métodos de pesquisa e análise lógica da observação de objetos naturais (ou fenômenos) das ciências físicas para os assuntos (ou fenômenos) sociais, humanos ou similares não naturais - como os sistemas de informação? – para as quais eles são inapropriados²¹. Isto é feito frequentemente, talvez inconscientemente, na esperança de ganhar para estas novas profissões o *status*, respeito, poder e cachê, antes concedido a químicos, biólogos ou físicos, par-

modernista é representada por Schellenberg e o impacto do pensamento organizacional/gerencial em arquivos; e o pensamento arquivístico pós-moderno é, como diz Thomassen, o novo paradigma, a natureza e o impacto de que constitui o objeto do presente ensaio. Posto de outra forma, os pré-modernistas tinham fé no documento como refletindo atos e fatos empíricos, e na História da escola de Von Ranke, como capaz de interpretar tais documentos para chegar à realidade objetiva do passado histórico; o Modernismo questionou a objetividade da História, percebendo que haviam diversas interpretações históricas possíveis de um mesmo conjunto de documentos descrevendo o mesmo assunto ou evento; o pós-modernismo questiona a objetividade e “naturalidade” desses documentos.

²¹ Neil Postman, *Tecnopólio* (Nova Iorque, 1993), 144-163 e *passim*.

ticularmente no campo acadêmico. Enquanto dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio sob as mesmas condições físicas, em qualquer lugar da terra em qualquer momento, irão produzir uma molécula de água, dois criadores de documentos, na mesma função, e a necessidade de registrar evidências de alguma tarefa ou transação idêntica em países diferentes em séculos diferentes, nunca produzirão o mesmo documento de arquivo. A Arquivologia moldada sobre as leis universais das ciências físicas colocaria o humano, histórico e idiossincrático fora do processo social (manutenção de documentos) com o qual está inexoravelmente conectada.

E o segundo erro é que as ciências físicas tradicionais, desde Popper e Kuhn, sem falar na mais recente onda pós-modernista, há muito abandonaram as reivindicações de objetividade, neutralidade, imparcialidade, autonomia e universalidade, que alguns arquivistas acadêmicos – e muitos praticantes da arquivística – ainda mantêm. Para qualquer ciência, as escolhas de projetos, métodos e agentes da prática, bem como seus critérios educacionais, seus padrões de aceitação e as razões para exclusão e fracasso, refletem necessidades e interesses e, de forma mais profunda, lutas de poder social, de gênero, linguístico, ideológico, político e emocional.

Nossa percepção de *arranjo*, *organização* e *classificação* da informação, que é central para a Arquivologia, revela Michael Foucault, reflete a tradicional noção ocidental de racionalismo científico e positivismo lógico. Tais sistemas de organização da informação confrontam os arquivistas, não somente nos seus escritórios durante as atividades de *avaliação*, criação de documentos ou uso contemporâneo, mas são impostos pelos próprios arquivistas nas suas práticas descritivas internas. A lógica aparentemente racional da categorização da informação em tais sistemas, explica Foucault, pode seduzir os observadores (incluindo os arquivistas) a assumir que o que está sendo transmitido é informação ou fatos neutros ou a “verdade”. Ainda que a estruturação de tais sistemas possa ocultar ou desvalorizar a mente por trás da matéria, a inteligência por trás do fato, a função por trás da estrutura, o rico contexto, que ironicamente, os arquivistas têm-se dedicado a proteger por trás do conteúdo superficial da informação. O pós-modernismo analisa a linguagem, metáforas, e os padrões de discurso das palavras, ou o documento, ou a totalidade do sistema de informação, no contexto do seu tempo e lugar, para revelar a mentalidade subjacente, as motivações, e estruturas de poder de quem produziu os documentos usando estes padrões. Os Arquivos para Foucault estão ancorados

numa teoria social contextual mais do que no positivismo científico²².

Com a constante necessidade de reavaliar, desconstruir e aceitar a evolução da teoria e prática arquivística, os arquivistas do novo século deveriam aceitar mais do que negar a sua própria historicidade, ou seja, a sua própria participação no processo histórico. Deveriam reintegrar o subjetivo (a mente, o processo, a função) ao objetivo (a matéria, o produto registrado, o sistema da informação) na sua

22 Em Foucault suas palavras-chave para os arquivistas são: *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas* (Nova Iorque, 1970, originariamente na França em 1966) e *A Arqueologia do Saber* (Nova Iorque, 1972, originariamente na França em 1969). Uma boa introdução para este pensamento é Gary Gutting, *Michel Foucault's Archaeology of Scientific Reason* (Cambridge, 1989); ver particularmente páginas 231-244 para a análise de Foucault sobre documentos. Para um exemplo pioneiro da aplicação destas percepções pós-modernistas no registro de documentos, ver J. B. Harley, "Deconstructing the Map", *Cartographica* 26 (Verão de 1989): 1-20. Harley explora o poderoso contexto social por trás do mapa, assim como vê no mapa elementos metafóricos e retóricos onde antes os acadêmicos viram somente medidas e topografia. Ele demonstrou que a cartografia é menos "científica" do que o previsto, e reflete tanto as preferências funcionais dos seus patrocinadores quanto a face da terra. Para análise e conclusão similares de outro meio arquivístico, ver Joan Schwartz, "We make our tools and our tools make us: Lessons from Photographs for the Practice, Politics and Poetics of the Diplomatics", já citada.

construção teórica. E como aqueles cientistas contemporâneos na vanguarda da nova física, deveriam abandonar a aproximação atomística (focada nos documentos) da velha ciência por "uma nova ciência baseada na primazia do processo" onde a dependência contextual do todo seja mais importante que a autonomia das partes, e onde a ciência esteja situada no seu contexto histórico e ideológico²³.

23 Evelyn Fox Keller, *Reflections on Gender and Science* (New Haven e Londres, 1985) p. 11-12, 5-9, 130 e *passim*. Ver também Carolyn Merchant, *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution* (Nova Iorque, 1980, 1990) p. xvii, xviii. Ela demonstra que as novas teorias da termodinâmica e do caos também servem de base para conclusões similares sobre pensamento contextual, independente e baseado em processos. Para um exame arquivístico destes assuntos em relação à natureza ideológica da ciência, que também explora as implicações no trabalho arquivístico, ver Candace Loewen, "From Human Neglect to Planetary Survival: New Approaches to the Appraisal of Environmental Records", *Archivaria* 33 (Inverno de 1991-1992):97-98, 100 e *passim*. As ideias dela estão refletidas em parte em Hugh A. Taylor, "Recycling the Past: The Archivist in the Age of Ecology", *Archivaria* 35 (primavera de 1993):203-213. As ricas notas nos trabalhos de Loewen e Taylor podem guiar aos leitores interessados a muitas outras fontes de apoio. Dentre muitas análises históricas mostrando que "ciência" é tanto um produto da ideologia quanto uma observação desinteressada, ver David F. Noble, *A World Without Women: The Christian Clerical Culture of Western Science* (Nova Iorque, 1992) ou Margaret Wertheim, *Pythagoras Trousers: God, Physics, and the Gender Wars* (Londres, 1997).

Apesar da análise supra, o pós-modernismo e a Arquivologia não precisam ser opostos. A preocupação do pós-modernismo com os “contextos semioticamente construídos”²⁴ de criação de documentos reflete o interesse arquivístico de longa data para pela contextualidade, pelo mapeamento do inter-relacionamento entre o produtor e o documento, para a determinação do contexto ao ler através e por trás do texto. Desta forma, os arquivistas podem ter sido, sem saber, os primeiros pós-modernistas – décadas antes que o termo fosse sequer inventado! Além deste nível inicial de conforto, no entanto, o pós-modernismo deveria preocupar os arquivistas pelas muitas formulações tradicionais sobre Arquivologia. O pós-modernismo, por implicação, questiona certas reivindicações centrais da profissão: os arquivistas são neutros, guardiões imparciais da “verdade”, nas palavras de Jenkinson²⁵; os Arquivos como documentos arquivísticos são desinteressantes ou inocentes subprodutos de ações administrativas; a procedência está enraizada no escritório ou lugar de origem mais do que no processo e no discurso de criação; que a “ordem” e a linguagem impostas nos documentos através do *arranjo* e *descrição* do arquivo são recriações sem

24 Ver nota 12 acima.

25 Ver discussões e citações em Cook, “What is Past is Prologue”, 23-26

juízo de valor de alguma realidade anterior; nossa orientação fixada, física, focada na estrutura não precisa mudar quando confrontada com um mundo pós-moderno desestabilizado, virtual, descentralizado. A menos que a Arquivologia possa se adaptar às realidades pós-modernas, a menos que ela possa ser centrada numa teoria social e numa contextualidade histórica, a sua relevância para a profissão será cada vez mais remota.

Eu sugiro que a Arquivologia olhe as ideias de Arquivo, estratégias e metodologias ao longo dos últimos séculos, e de agora em diante, nos séculos vindouros, como conceitos que estão evoluindo constantemente, até mudando, se adaptando continuamente, por causa de mudanças radicais na natureza dos documentos, estruturas de organização de documentos, culturas organizacionais e de trabalho, funções sociais e institucionais, preferências de manutenção de documentos individuais e pessoais, sistemas institucionais de sua manutenção, seus usos contemporâneos, e as tendências culturais, legais, tecnológicas, sociais e filosóficas mais amplas da sociedade.

Os arquivistas devem ser capazes de pesquisar, reconhecer e articular todas essas mudanças radicais na sociedade para então tratar conceitualmente do seu impacto na teoria, metodologia e prática arquivística. Esta articulação forma o nosso discurso coletivo como profissão,

a *meta-narrativa* que anima a nossa prática diária e, portanto, é adequadamente o foco da Arquivologia no novo século.

Mudanças no pensamento Arquivístico

O pós-modernismo não é a única razão para a reformulação dos principais preceitos da Arquivologia. Mudanças significativas no propósito dos arquivos como instituições e na natureza dos documentos são outros fatores que, combinados com ideias pós-modernistas, formam a base da nova percepção dos Arquivos como documentos, instituições e profissão na sociedade²⁶.

Houve uma mudança acentuada na própria razão pela qual a instituição arquivística existe – ou no mínimo arquivos públicos e com financiamento público, as empresas privadas ou os arquivos de corporações reconhecidamente não compartilham integralmente estas mudanças. Houve uma mudança coletiva, durante o século passado, de uma justificação jurídico-administrativa para os Arquivos fundamentada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural fundamentada em políticas públicas mais

26 As seguintes discussões refletem minha análise da história das ideias arquivísticas desde o Manual dos Holandeses, com apresentado em *ibid.* Eu não vou repetir aqui as extensas notas de referência dadas lá que apoiam as conclusões deste resumo.

amplas e de utilidade pública. Esta ampla mudança reflete em parte o domínio durante o século até muito recentemente dos historiadores como a força motriz da profissão e no treinamento de arquivistas, e em parte na mudança de expectativa dos cidadãos sobre que deveriam ser os arquivos e como o passado deveria ser concebido, protegido e valorizado. Os arquivos foram tradicionalmente concebidos pelo Estado, para servi-lo, como parte da sua estrutura hierárquica e organização cultural. Não deve surpreender que a Arquivologia tivesse encontrado sua legitimidade inicial em teorias e modelos estatais e no estudo das características e propriedades de velhos documentos estatais. Os conceitos teóricos resultantes foram desde então adotados por praticamente todos os outros tipos de instituições arquivísticas em todo o mundo, incluindo até arquivos de coleções particulares.

No começo do século XXI, as normas públicas para arquivos na democracia têm mudado fundamentalmente desde o modelo estatal inicial: os arquivos são agora, na memorável frase de Eric Ketelaar, do povo, para o povo, até pelo povo²⁷. Enquanto a manutenção da res-

27 Eric Ketelaar, “Archives of the People, By the people, For the People”, *South Africa Archives Journal* 34 (1992): 5-16, reimpresso em Eric Ketelaar, *The Archival Image. Collected Essays* (Hilversum, 1997): 15-26.

ponsabilidade do governo e da continuidade administrativa e a proteção dos direitos pessoais continuem sendo devidamente reconhecidos como objetivos importantes dos Arquivos, a principal justificativa do arquivamento para a maioria dos usuários e para o contribuinte público em geral, como vemos também na maior parte da legislação nacional e estatal sobre arquivos, repousa no fato do Arquivo ser capaz de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, localidade, história, cultura, e memória pessoal e coletiva. Simplificando, não é mais aceitável limitar a definição da memória da sociedade apenas ao resíduo documental deixado (ou escolhido) por poderosos produtores de documentos. A responsabilidade pública e histórica demanda mais dos Arquivos e dos arquivistas.

Os arquivistas que trabalham principalmente em Arquivos nacionais ou institucionais precisam começar a pensar em termos de processo de governança, não apenas na administração dos governos²⁸.

28 Ver Ian E. Wilson, "Reflections on Archival Strategies", *American Archivist* 58 (Outono de 1995): 414-429. Para os arquivistas que apenas (e humildemente) fazem o que eles pensam que seus patrocinadores governamentais querem em relação a seus próprios documentos institucionais, ou os arquivistas que pensam que irão agradar a estes patrocinadores e assim mostrar que os arquivistas são bons jogadores corporativos dignos da

"Governança" inclui ser conhecedor das interações dos cidadãos com o Estado, o impacto do Estado na sociedade, e as funções ou atividades da própria sociedade tanto quanto das estruturas internas do governo e seus burocratas. A avaliação do arquivista e em todas as ações subsequentes deveria focar nos registros de governança, não somente do governo, quando trata com documentos institucionais. Esta perspectiva também complementa melhor o trabalho de arquivistas que lidam com Arquivos Pessoais ou Privados. Devo acrescentar aqui que este relacionamento interativo cidadão-estado deveria estar refletido em outras jurisdições pela interação dos membros com sua igreja ou sindicato, estudantes com a universidade, clientes com uma empresa, e assim por diante – esta perspectiva mais ampla de "governança" não é somente para arquivistas que atuam no governo, mas para todos os arquivistas.

O desafio para a Arquivologia no novo século é preservar evidências registradas de governança, não somente de governos cumprindo sua função de governar. Esta tarefa agora inclui também levar os Arquivos para as

continuidade do financiamento, isto é, como diz Shirley Spragge, uma renúncia muito fácil à missão e às responsabilidades do arquivista. Ver a sua "The Abdication Crisis: Are Archivists Giving Up Their Cultural Responsibility?", *Archivaria* 40 (Outono de 1995): 173-181.

peessoas, ou encorajá-las a vir usá-los. Os Arquivos não são um parque privado onde uma equipe profissional pode saciar seu interesse na história ou na sua interação pessoal com historiadores e outros estudiosos ou, igualmente, na sua inclinação de participar de políticas públicas e na infraestrutura da informação de suas jurisdições; são um patrimônio público sagrado que preservam a memória da sociedade que devem ser amplamente compartilhados. Os arquivistas servem à sociedade, não ao Estado, mesmo que trabalhem para um órgão da burocracia estatal.

A segunda grande mudança arquivística refere-se aos documentos arquivísticos, e especificamente à forma como Arquivos e arquivistas têm tratado de preservá-los autênticos, confiáveis, como evidência de ideias e transações. No seu núcleo, a Arquivologia procurou compreendê-los esclarecendo seu contexto ou origem ou sua ordem dentro de uma série ou sistema, mais do que seu conteúdo. Os arquivistas primeiro realizaram essa proteção do contexto preservando os documentos sobreviventes, não mais necessários à administração, no interior do edifício de arquivo, numa custódia ininterrupta, e no esquema original (ou restaurado) da ordem da sua classificação inicial. Tais documentos eram frequentemente *Fundos Fechados* de organizações extintas, ou antigos e isolados documentos *importantes*. A *avaliação*

era desconhecida ou desencorajada. Defender o contexto físico original era considerado uma parte crítica desta proteção. De fato, até a metade do século, os arquivistas recriavam frequentemente a ordem física original do sistema departamental de registros documentais nas pilhas de arquivos [*permanentes* – nota do supervisor], arquivando novos documentos no lugar correto entre seus predecessores já sob custódia dos Arquivos [como instituições de guarda permanente ou na fase de *Arquivos Permanentes* – Nota do Revisor].

O foco agora mudou, passando da preservação da prova para sua criação e avaliação. Os arquivistas tentam preservar documentos em contextos confiáveis assegurando que eles sejam criados inicialmente de acordo com padrões aceitáveis de prova e, indo além, para assegurar que todos os atos e ideias importantes estejam documentados adequadamente por essa prova confiável, em vez de esperar, passivamente, que um resíduo natural apareça. (Caso alguma reorganização ou integração posterior vier a ser necessária, é feito agora virtualmente, por classificação pelo computador em vez de reorganizar fisicamente os arquivos na pilha). Num mundo no qual as *séries* são grandes e abertas, num mundo de organizações muito complexas, que mudam com rapidez e criam registros volumosos e descentralizados em papel, e num mundo

de registros eletrônicos com seus documentos virtuais e transitórios, as bases de dados relacionais de propósitos múltiplos, com redes de comunicação interinstitucionais, nenhum documento arquivístico confiável irá sobreviver para estar disponível para que os arquivistas o preservem na maneira tradicional – a menos que o arquivista intervenha de várias formas em sua vida ativa. Tal intervenção irá afetar comportamentos organizacionais, culturas de trabalho, políticas de manutenção dos registros documentais e estratégias de desenho do sistema, e ativamente escolherá (por exemplo, avaliará) quais funções, processos e tarefas são importantes e assim, quais documentos relacionados merecem ser preservados indefinidamente como Arquivos da sociedade – tudo isto feito, de preferência, antes que os documentos sejam criados. E uma vez que tais documentos estejam disponíveis para serem preservados em Arquivos, se isso for desejável, a confortável noção do valor permanente dos documentos únicos de arquivo ao longo do tempo também requer modificação, simplesmente porque o documento eletrônico virá a ser ilegível ou incompreensível a menos que seja recopiado e sua estrutura e funcionalidade reconfiguradas num novo *software* em poucos anos pelos Arquivos. Isto substitui a tradicional preservação de arquivo que foca em

padrões adequados para o reparo, restauração, armazenamento e uso do meio físico que era o documento. Com os documentos eletrônicos, o meio físico para sua preservação torna-se quase que totalmente irrelevante num prazo de décadas ou séculos, dado que os próprios documentos migrarão adiante antes que o meio físico se deteriore, e assim sucessivamente. O que será importante é a reconfiguração no novo software ao longo do tempo, mantendo assim a funcionalidade ou o contexto de prova do documento “original”, e para este problema a Arquivologia deve prestar cada vez mais atenção.

Como resultado deste desenvolvimento, a Arquivologia deve agora encontrar inspiração nas análises funcionais dos processos de criação dos documentos e da teoria social contemporânea, em vez da organização e descrição dos produtos registrados encontrados nos arquivos. Como Eric Ketelaar concluiu “a *Arquivologia Funcional* substitui a *Arquivologia Descritiva*... Somente através de uma interpretação funcional do contexto que circunda a criação de documentos, pode-se entender a integridade dos fundos de arquivo e das funções dos documentos de arquivo no seu contexto orgânico original”²⁹. Como notara Oddo Bucci, o

29 Eric Ketelaar, “Archival Theory and the Dutch Manual”, *Archivaria* 41 (Primavera de 1996), 36, reimpresso em Eric Ketelaar, *The*

qual apoiou o conceito de Ketelaar, a *Arquivologia Descritiva* foi positivista, física e moderna; a *Arquivologia Funcional* será histórica, virtual e pós-moderna.

Novas formulações para Arquivologia

Para o novo século, baseada nestas mudanças nos documentos e no *insight* pós-moderno, a Arquivologia deveria mudar o paradigma de pesquisa da análise das propriedades e características de documentos individuais ou de *Séries* documentais, para uma análise das funções, processos e transações que geram documentos ou as *Séries* a serem criadas. Com foco no processo de criação em vez de em produtos, as formulações teóricas nucleares sobre arquivos irá mudar. Aqui estão oito sugestões que resumem os argumentos acima:

1. *Proveniência: O Princípio da Proveniência* muda sua forma de conectar os documentos diretamente com um único lugar de origem, numa estrutura organizacional hierárquica tradicional, para se tornar um conceito virtual e mais elástico, refletindo aquelas funções e processos do produtor que causaram sua criação, dentro e através de organizações em evolução constante,

Archival Image Collected Essays (Hilversum, 1997): 62-63.

interagindo com usuários em constante mudança, refletindo culturas organizacionais e gerenciais diferentes, e adotando frequentemente convenções idiossincráticas de interação humana e de trabalho, apropriadas organizações planas, horizontais e (frequentemente) de curto prazo. A *proveniência*, em resumo, está vinculada à função e à atividade em vez da estrutura e o lugar. Torna-se virtual em vez de física.

2 *Ordem original: A Ordem Original* muda sua forma de manutenção da localização física inicial dos documentos num sistema de registro ou classificação, para a intervenção conceitual do software, onde partes dos documentos estão armazenadas aleatoriamente, sem nenhum significado físico e depois são intelectual ou funcionalmente recombinadas, de maneiras diferentes, para propósitos diferentes, em tempo e lugares diferentes, em diversos tipos de ordem, para usuários diferentes. As ordens refletem usos múltiplos em processos de trabalho mais do que em disposições físicas de objetos registrados. Uma simples “peça” de dados pode ser ordenada de múltiplas formas para refletir usos diferentes para usuários diferentes.

3 *Documentos Arquivísticos [Record]:* As três partes que compõem qualquer Documento Arquivístico – a

estrutura, o conteúdo e o contexto – que tradicionalmente eram assentadas num meio físico único – pergaminho, papel ou filme – estão agora divididas em armazenagens de dados separados e talvez em programas de *software* diferentes. Um documento, assim, deixa de ser um objeto físico para virar um “objeto” conceitual de informação, controlado por metadados, que virtualmente combina conteúdo, contexto e estrutura para fornecer evidências de atividade ou função de algum criador. Além disso, como seu uso e o contexto muda ao longo do tempo (incluído uso de arquivo), os metadados mudam e o documento e seu contexto são continuamente renovados. Eles já não são fixos, mas dinâmicos. O documento arquivístico não é mais um objeto passivo, um “registro” de uma evidência, mas um agente ativo desempenhando um permanente papel nas vidas dos indivíduos, organizações e da sociedade.

4 *Fundos Arquivísticos: Os Fundos Arquivísticos*, analogamente, mudam de um reflexo de alguma ordem física estática baseada em regras decorrentes da transferência, arranjo ou acumulação de grupamentos de documentos, para uma realidade virtual de relacionamento que reflete um produtor múltiplo dinâmico e uma autoria múltipla focada na função e na atividade, que capture com maior precisão a contextualidade

dos documentos arquivísticos no mundo moderno³⁰.

5 *Arranjo e descrição*: estarão menos concentradas em entidades e grupos de documentos físicos, que não significam nada para a mídia eletrônica de qualquer maneira, e em vez disso desenvolverão (e compartilharão com os pesquisadores) entendimentos contextuais enriquecidos pelos múltiplos inter-relacionamentos e usos do meio social de sua criação, bem como a incorporação de um sistema de documentação arquivística relacional e

³⁰ Para repensar a natureza dos *Fundos Arquivísticos* e assim a descrição arquivística como envolvendo relações virtuais de muitos para muitos em vez da tradicional disposição física e hierárquica das entidades de um para muitos, ver Terry Cook, “The Concepts of the Archival Fonds in the Post-Custodial Era: Theory, Problems and Solutions”, *Archivaria* 35 (Inverno de 1992-1993): 24-37. O pioneiro de tal pensamento três décadas atrás foi o australiano Peter Scott, como delineado no meu “What is Past is Prologue”, 38-39 (que tem referências para todas as obras fundamentais de Scott); para a última atualização no pensamento descritivo australiano (com muitas referências adicionais), ver Sue McKemmish, Glenda Acland, Nigel Ward e Barbara Reed, “Describing Records in Context in the Continuum: The Australian Refordkeeping Metadata System”, *Archivaria* 48 (Outono de 1999): 3-43. Para uma descrição baseada nos metadados funcionais do criador em vez da disposição física, ver David Bearman, “Documenting Documentation”, *Archivaria* 34 (Verão de 1992): 33-49; e Margaret Hedstrom, “Descriptive Practices for Electronics Records: Deciding What is Essential and Imagining What is Possible”, *Archivaria* 36 (Outono de 1993): 53-62. Para um trabalho alternativo baseado no pensamento dos *Fundos*, agora operacional nos Arquivos de Ontário em Toronto, ver Bob Krawczyk, “Cross Reference Heaven: The Abandonment of the Fonds as the Primary Level of Arrangement for Ontario Government Records”, *Archivaria* 48 (Outono de 1999): 131-153.

metadados funcionais do produtor às ferramentas descritivas do arquivo [*permanente*. Nota do Supervisor].

6 *Avaliação*: continuará a mudar deixando de ser uma avaliação documental com base no seu valor potencial de pesquisa, para virar uma análise de macro avaliação das funções, programas e atividades sociais do produtor, e a interação cidadã com elas e, a seguir, a seleção mais sucinta para preservação e acesso contínuo que reflita essas funções, e a busca de (ou criação?) fontes do setor privado ou orais e visuais para complementar registros institucionais oficiais, usando a mesma lógica funcional. A Avaliação estabelece “valores” através da teoria social baseados na narrativa contextual da criação e não no conteúdo. Ela prestará o mesmo cuidado às vozes marginalizadas e até silenciadas que aos textos poderosos e oficiais, e procurará por provas de governança mais do que de governo³¹.

31 Para uma introdução à “macroavaliação” da avaliação das funções e das atividades em vez dos documentos, ver Terry Cook, “Mind Over Matter: Towards a New Theory of Archival Appraisal” in Barbara Craig, ed., *The Canadian Archival Imagination: Essays in Honor of Hugh Taylor* (Ottawa, 1992), 38-70, e o seu *The Archival Appraisal of Records Containing Personal Information: A RAMP Study With Guidelines* (Paris, 1991); e Richard Brown, “Macro-Appraisal Theory and the Context of the Public Record Creators”, *Archivaria* 40 (Outono de 1995), p. 121-172. Abordagens similares foram

7 *Preservação*: irá, como dissemos antes, não mais focar na reparação, conservação e salvaguarda do meio físico em que estava o documento, mas em vez disso se concentrará em migrar ou emular continuamente os conceitos e inter-relações que agora definem os documentos virtuais e *fundos* virtuais para novos programas de software. (É claro, a conservação e o reparo tradicionais continuarão para o legado documental de séculos passados).

8 *Arquivos* [Archives]: propriamente ditos como instituições irão passar gradualmente de lugares de armazenamento de documentos velhos, que pesquisadores precisam visitar para consultar, para se tornar virtuais “Arquivos sem paredes”, existentes na internet para facilitar o acesso ao público à milhares de sistemas interligados de manutenção de documentos, tanto aqueles sob o controle dos Arquivos quanto aqueles deixados sob a custódia dos seus criadores ou outros arquivos³².

adotadas pelos arquivos nacionais da Holanda com seu projeto PIVOT, além de África do Sul e Austrália, entre outras jurisdições.

32 O trabalho de David Bearman tem defendido com destaque esta abordagem. Para uma visão panorâmica, ver a sua coletânea de ensaios publicada como *Electronic Evidence: Strategies for Managing Records in Contemporary Organizations* (Pittsburgh, 1994); assim como Margaret Hedstrom e David Bearman, “Reinventing Archives for Electronics

Todas estas mudanças afastam o foco teórico (e prático) da Arquivologia do documento de arquivo e o empurram na direção do ato criativo da intenção de autoria ou processo ou funcionalidade por trás do registro. Neste mundo novo, portanto, o âmago do trabalho intelectual da Arquivologia deveria estar mais centrado no esclarecimento do contexto funcional e estrutural dos documentos, e sua evolução ao longo do tempo, na construção de sistemas de conhecimento capazes de capturar, recuperar, exibir e compartilhar esta informação de origem conceitual como base de toda tomada de decisões em arquivos, a partir do projeto do sistema de avaliação “na frente” até a programação pública e atividades de disseminação “depois”.

Isto faz do arquivista um mediador ativo na formação da memória coletiva através dos Arquivos.

Records: Alternative Service Delivery Options”, in Margaret Hedstrom, ed., *Electronic Records Management Program Strategies* (Pittsburgh, 1993), 82-98. A primeira afirmação sobre o gerenciamento distribuído ou a não abordagem da custódia para a preservação de arquivos, foi de David Bearman, “An Indefensible Bastion: Archives as Repositories in the Electronic Age” in David Bearman, ed., *Archival Management of Electronic Records* (Pittsburgh, 1991), 14-24, que gerou muitos arquivos tanto atacando quanto apoiando este conceito. Não obstante, reconhecendo as novas realidades, os arquivos nacionais do Reino Unido, Canadá e Austrália adotaram políticas para o gerenciamento distribuído por outros corpos de algumas categorias de documentos eletrônicos.

Inevitavelmente, os arquivistas injetarão os seus próprios valores em todas as pesquisas e atividades, e assim precisarão verificar muito conscientemente suas escolhas nos processo de criação de arquivos e formação de memória. Eles também precisarão deixar provas registradas muito claras explicando as suas escolhas para a posteridade. Fazendo isto, numa perspectiva histórica e sensível pós-moderna, os arquivistas poderão equilibrar melhor quais funções, atividades, organizações, e pessoas da sociedade, através de documentos, podem ser incluídas e quais podem ser excluídas da memória coletiva do mundo.

Processo em vez de produto, se tornando em vez de ser, dinâmico em vez de estático, contexto em vez de texto, refletindo tempo e lugar em vez de absolutos universais: são estas agora as palavras de ordem pós-modernas para analisar e entender ciência, sociedade, organizações e atividades empresariais, entre outros. Elas deveriam também se tornar as palavras de ordem para a Arquivologia no novo século, e assim, o fundamento de um novo paradigma conceitual da profissão.

[Nota do Revisor] Esta é uma *tradução livre* promovida pela Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro - AAERJ, por intermédio do periódico *Informação Arquivística*. Todos os direitos são reservados à *Archival Science Journal* e à *Springer*, que gentilmente cederam os direitos de tradução e publicação no Brasil.

Cientes do desafio que é traduzir um texto de sentido e significado complexos optou-se pela tradução livre, no entanto, tonou-se o cuidado de não tentar mudar o sentido e contexto dos termos aplicados pelo autor, considerando a tradição arquivística na qual se insere. Deixa-se para o leitor atento e interessado as eventuais interpretações, observação das diferenças de emprego e de sentido entre a Arquivologia brasileira e a Norte Americana.

Cabe ressaltar a dificuldade de traduzir, sem macular, os termos *Records e Archives*, coisas diferentes para a tradição Norte Americana, mas que para a Arquivologia brasileira, influenciada pela tradição europeia, são um todo contínuo. Sobre este aspecto alertamos que o termo *Records* foi traduzido, literalmente, como documentos, documentos arquivísticos ou registros, e *Archives* como Arquivos. No entanto, fica para o leitor a tarefa de tentar entendê-los na amplitude de seu sentido através de leitura complementar comparativa entre essas duas tradições arquivísticas.

Por fim, nosso agradecimento especial ao Professor Terry Cook, à *Archival Science Journal* e à *Springer*.

Para acessar o texto original:

<<http://www.springerlink.com/content/p52234804148m463/>>

Tradutor: Rivera Lisando Guianze

Supervisão e Revisão científica: Conselho Editorial – *Informação Arquivística*